



Projeto Pedagógico de Curso

Pós-Graduação *Lato Sensu*

Gestão Social: Políticas Públicas, Redes e Defesa de
Direitos

Sumário

1.	Nome do Curso e Área do Conhecimento	2
2.	Características Técnicas do Curso	2
3.	Público Alvo.....	2
4.	Critérios de Seleção	2
5.	Justificativa do Curso	3
6.	Objetivos do Curso.....	3
7.	Metodologia de Ensino e Aprendizagem	4
8.	Estágio Não Obrigatório.....	6
9.	Matriz Curricular	7
10.	Carga Horária	8
11.	Conteúdo programático.....	8
12.	Infraestrutura Física e Pedagógica	24

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento

Nome do Curso: Gestão Social: Políticas Públicas, Redes e Defesa de Direitos

Área de Avaliação (CAPES): Interdisciplinar

Grande Área (CAPES): Multidisciplinar (9.00.00.00-5)

Área do Conhecimento (CAPES): Interdisciplinar (9.01.00.00-0)

Classificação OCDE: Ciências sociais, comunicação e informação

2. Características Técnicas do Curso

Modalidade: Educação a Distância

Número máximo de vagas por Polo/Unidade: 100 alunos

Período de Oferecimento: O curso possui entrada intermitente, respeitadas as datas de início e de fim cadastradas na oferta, bem como observado o período indicado para a sua integralização.

Limitações legais

Resolução CNE/CES Nº 1, de 06 de abril de 2018, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*.

O candidato deverá ser graduado com diploma devidamente registrado segundo as normas estabelecidas pelo MEC.

3. Público Alvo

O curso destina-se aos profissionais com formação superior - assistentes sociais; psicólogos, pedagogos, professores, operadores do Direito, gestores da rede sócio assistencial, conselheiros municipais dos Conselhos de Assistência Social, de Defesa dos Direitos do Idoso, dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos Direitos das Pessoas com Deficiência, dos Conselhos Tutelares que atuam nas diversas áreas de conhecimentos tais como Serviço Social, Educação, Direito, Psicologia. Demais profissionais da área da Saúde, que busquem o desenvolvimento de aptidões e habilidades nas áreas de gestão de políticas, programas e projetos sociais.

4. Critérios de Seleção

O ingresso na pós-graduação será realizado por meio de processo seletivo descrito em Edital (inscrição, seleção e matrícula).

5. Justificativa do Curso

O conteúdo do curso possibilitará a ampliação do conhecimento científico do aluno, proporcionando-lhe melhores condições de avaliação nas ações interventivas, sob o ponto de vista teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, promovendo efetivas respostas às demandas sociais que requisitam a intervenção profissional mediada pelos serviços oferecidos pela rede social.

A indispensável articulação entre as políticas setoriais e de defesa de direitos, vinculando a diversidade de áreas de conhecimento e campos de intervenção, na perspectiva da interdisciplinaridade, evidenciam a importância da atitude investigativa como ato constitutivo do exercício profissional cotidiano, de natureza reflexivo-analítica, potencializando a produção de conhecimentos advindos da mediação teórico-prática, por meio dos projetos, estudos e pesquisas suscitadas pelas disciplinas.

A Especialização em Gestão Social: Políticas Públicas, Redes e Defesa de Direitos – do modo como está constituído o curso, no cumprimento qualificado às previsões da legislação específica a cada área e as suas Normas Operacionais Básicas, busca suprir as lacunas evidenciadas no exercício profissional de trabalhadores sociais na esfera das políticas públicas (tanto no âmbito estatal quanto privado, em particular quanto à gestão de serviços, programas, projetos e benefícios). Isso proporcionará ao profissional uma visão mais crítica e refletiva em relação ao cotidiano profissional a elas pertinente, superando práticas profissionais sustentadas no senso comum e na imediatez dos fatos – tais práticas são desmobilizadoras das condições de protagonismo e de autonomia dos sujeitos sociais, individuais e coletivos.

6. Objetivos do Curso

6.1. Objetivos Gerais

- Formar e qualificar trabalhadores sociais de diferentes áreas do conhecimento nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-instrumental para o aprimoramento das funções pertinentes à formulação, à gestão, à execução e a avaliação das políticas sociais e de defesa de direitos na contemporaneidade social, cultural e política da realidade brasileira.

6.2. Objetivos Específicos

- Apreender as determinações da questão social como solo da construção do objeto da intervenção profissional, na perspectiva da sua superação e de novas modalidades de trabalho.
- Internalizar paradigmas e tendências da gestão social, das políticas sociais e de defesa de direitos, na ótica do reordenamento jurídico e político-institucional e da rede social de atendimento.

7. Metodologia de Ensino e Aprendizagem

O desenvolvimento das disciplinas do curso se dará no ambiente virtual, onde o aluno cumprirá 40 horas por disciplina.

Estas 40 horas são compostas pelo estudo dos diversos insumos pedagógicos disponibilizados, como:

- ✓ materiais de leitura;
- ✓ videoaulas;
- ✓ slides;
- ✓ podcasts;
- ✓ indicações de leituras extras como artigos e capítulos de livros.

Como parte do modelo acadêmico, também contabilizamos:

- ✓ a interação com os tutores para esclarecimentos de dúvidas pedagógicas (via Fórum);
- ✓ a realização da avaliação disciplinar pelo aluno.

Vale ressaltar que cada aluno é único e tem seu próprio tempo para aprendizagem. Alguns conseguem assimilar o conteúdo com mais agilidade, outros precisam retomar as leituras e videoaulas para tornar sua aprendizagem efetiva.

O tempo gasto pelo aluno para o entendimento de cada disciplina depende também da sua familiaridade com o tema, ou seja, o conhecimento prévio que o aluno tem em relação a temática abordada.

No ambiente virtual, o aluno encontrará o conteúdo das disciplinas, organizados em temas/webaulas.

Para cada um deles, o aluno realizará um conjunto de atividades baseadas em leitura de textos de fundamentação teórica e acesso a recursos audiovisuais.

Um tutor apoiará as atividades realizadas no ambiente virtual, atendendo o aluno nas suas dúvidas por meio de ferramentas de comunicação.

O aluno, ao iniciar os seus estudos, terá um encontro presencial para acolhida/ambientação; esse encontro terá como objetivos:

- ✓ Integrar o aluno ao curso de Pós-Graduação.
- ✓ Dialogar e esclarecer as dúvidas sobre a proposta pedagógica do curso e as regras acadêmicas.
- ✓ Apresentar ao aluno o Ambiente Virtual de Aprendizagem (o primeiro acesso; o envio de documentos; os serviços de secretaria e financeiro; a disciplina Ambientação; a tutoria online; o boletim acadêmico; as disciplinas e seus conteúdos; a biblioteca virtual; entre outros).
- ✓ Proporcionar um momento de Network aos pós-graduandos.

Avaliação do Desempenho do Aluno

O aluno deverá realizar as atividades propostas no ambiente virtual. A realização das atividades irá compor sua frequência no curso, que será considerada para a sua aprovação.

A atividade avaliativa que o aluno realizará para compor a sua média é a Avaliação Virtual (AV); essa atividade é obrigatória e estará disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, conforme cronograma de seu curso.

Para a aprovação em cada uma das disciplinas, o aluno deverá obter frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) e nota igual ou superior a 7,0 (sete).

As notas devem ser expressas no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez).

O aluno que obtiver média inferior a 7,0 (sete) nas disciplinas terá direito ao Programa de Dependência e Recuperação – PDR, mediante a solicitação de requerimento e respeitando o período de jubramento do curso.

O PDR será realizado no ambiente virtual de aprendizagem, sendo que o aluno terá acesso ao conteúdo da disciplina e realizará uma Avaliação Virtual - AV, e a nota obtida substituirá a média do aluno.

Para a obtenção do **Certificado** de Pós-graduação *Lato Sensu* – especialização, o aluno deverá cumprir todas as condições seguintes:

- ✓ Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em todas as disciplinas;
- ✓ Nota igual ou superior a 7,0 (sete) em todas as disciplinas.

Certificação

O Certificado de conclusão de curso de Especialização será acompanhado por histórico escolar, em cumprimento às exigências da Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Composição do Corpo Docente

O corpo docente do curso é constituído por profissionais qualificados, com comprovado saber em sua área de atuação, conforme Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, sendo integrado, no mínimo, por 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, isto é, portadores de títulos de Mestrado e Doutorado, obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público em território nacional, ou revalidados, conforme legislação vigente. Os demais docentes são certificados em nível de especialização, pós-graduação *lato sensu*, de reconhecida capacidade técnico-profissional.

8. Estágio Não Obrigatório

O estágio curricular não obrigatório tem como finalidade estimular o aluno a desenvolver atividades extracurriculares, para que possa inter-relacionar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos durante o curso e aplicá-los na solução de problemas reais da profissão, proporcionando o desenvolvimento da análise crítica e reflexiva para os problemas socioeconômicos do país, de acordo com a Resolução de Estágio curricular não obrigatório vigente na Instituição.

O estágio curricular não obrigatório do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* segue as diretrizes estabelecidas pela Lei Nº 11.788/2008.

Os principais objetivos da prática do estágio curricular não obrigatório são:

I. proporcionar o exercício do aprendizado comprometido com a realidade socioeconômica-política do país;

II. propiciar a realização de experiências de ensino e aprendizagem visando à educação profissional continuada, alicerçada no desenvolvimento de competências e habilidades e ao exercício do pensamento reflexivo e criativo; e

II. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura.

A carga horária é definida pela concedente de estágio, não podendo ultrapassar a carga horária máxima de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, as quais podem ser realizadas em empresas públicas ou privadas, instituição de pesquisa, órgãos governamentais e não governamentais, e as próprias unidades da Universidade, desde que sigam às condições adequadas para que o estagiário possa aprofundar os seus conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no curso.

Para o Curso de Pós-Graduação EAD, a prática do estágio curricular não obrigatório é permitida durante a vigência do curso, não podendo exceder em um mesmo campo de estágio o período de 2 (dois) anos.

Os estágios curriculares não obrigatórios devem estar apoiados em Termo de Compromisso e de comum acordo com a Instituição, devendo explicitar não somente os aspectos legais específicos, como também os aspectos educacionais e de compromisso com a realidade social.

O Planejamento do Estágio Curricular Não Obrigatório é de responsabilidade do coordenador de curso/professor orientador e também do Departamento de Estágios.

9. Matriz Curricular

DISCIPLINAS	CH PRÁTICA	CH TEÓRICA	CH TOTAL
Ambientação	0h	0h	0h
Estado e políticas públicas	0h	40h	40h
Comunicação popular e comunitária	0h	40h	40h
Metodologias de trabalho integrado e protagonismo popular	0h	40h	40h
Direitos e seguridade social	0h	40h	40h
Seguridade social: política de assistência social e o suas	0h	40h	40h
Seguridade social: a política de saúde e o SUS	0h	40h	40h
Políticas públicas de proteção às famílias	0h	40h	40h
Gestão de projetos sociais: execução, monitoramento e avaliação	0h	40h	40h
Práxis da gestão social: instrumentos de gestão, monitoramento e avaliação e lógica de financiamento	0h	40h	40h

10. Carga Horária

A carga horária de 360h constitui o conteúdo ministrado em 9 (nove) disciplinas.

11. Conteúdo programático

Disciplina: Ambientação

Ementa: Ensino a distância: características desta modalidade de estudo. A tecnologia e o ensino à distância. Legislação do Ensino a Distância no Brasil. Aspectos relacionados ao perfil no Ensino a Distância.

Competências e Habilidades:

- Compreender a modalidade de ensino a distância.
- Identificar uma relação entre tecnologia e educação no contexto do EAD;
- Discutir elementos da legislação do ensino a distância no Brasil;
- Refletir sobre o perfil do aluno em ensino a distância.

Conteúdo Programático 1: Introdução ao Ensino a Distância.

Conteúdo Programático 2: Tecnologia e educação.

Conteúdo Programático 3: Legislação do Ensino a Distância no Brasil.

Conteúdo Programático 4: Perfil do aluno no Ensino a Distância.

Bibliografia básica:

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n. 9.394/96.** Brasília, 1996. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 6 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP n. 7, de 18 de dezembro de 2018.** Brasília, 2018. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 6 dez. 2022.

GIL, H. A passagem da Web 1.0 para a Web 2.0 e... Web 3.0: potenciais consequências para uma 'humanização' em contexto educativo. 2014. **Boletim informativo Cybercentro Castelo Branco.** Castelo Branco, 2014. Disponível em:

<https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/2404/1/A%20passagem%20da%20Web%20Henrique.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2022.

MEYER, A. I. da S. (2022). Conceituando a Educação a Distância. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 1, p. 590-601, [s. l.], 2022. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/3835>. Acesso em: 6 dez. 2022.

VAZ, M. L. de L.; RIBEIRO, F.; COSTA, L. A. da. Os desafios da educação a distância on-line e a remotividade na nova engenharia educacional. **Brazilian Journal of Science**, v. 1, n. 4, p. 79-86. Goiás, 2022. Disponível em: <https://www.brazilianjournalofscience.com.br/revista/article/view/79>. Acesso em: 6 dez. 2022.

VIEIRA, D. M. L.; COSTA, L. A.; VAZ, M. L. L. Um novo olhar para a educação a distância. In: MACHADO, G. E.; COSTA, S. C.; SILVA, K. R. P. **Debates contemporâneos: perspectivas e reflexões atuais.** Santa Maria: Arco, 2021.

Bibliografia Complementar:

BAPTISTA, M. M. Internet: auxílio à educação. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 16, p. 37- 44, [s. l.], 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/23717>. Acesso em: 6 dez. 2022.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação a distância: uma visão integrada**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 21. ed. Campinas: Papirus, 2013.

PIVA, D. J.; PUPO, R.; GAMEZ, L. et al. **EAD na prática: planejamento, métodos e ambientes de educação on-line**. São Paulo: Elsevier, 2011.

Disciplina: Estado e políticas públicas

Ementa: Conceitos de Estado e de políticas públicas nos diversos contextos sócio políticos. Evolução das políticas públicas. Políticas públicas no contexto da globalização e do neoliberalismo.

Objetivo da disciplina: Compreender conceitos fundamentais para o entendimento do Estado e seu papel no mundo contemporâneo, especialmente no Brasil. A consolidação destes elementos será o suporte para a reflexão crítica esperada nas demais disciplinas de seu curso.

Competências e Habilidades:

- Refletir criticamente sobre o conceito de Estado e sua transformação no decorrer do tempo;
- Identificar os impactos gerados em decorrência da globalização;
- Compreender o multiculturalismo, bem como os movimentos multiculturais e suas organizações políticas.

Conteúdo Programático 1: Estado, Governo e as especificidades do Estado Brasileiro.

Tema base: Conceito de Estado moderno e seus desdobramentos no mundo contemporâneo. Formação do Estado Brasileiro desde suas origens aos dias atuais.

Conteúdo Programático 2: Globalização: conceito e prática na acentuação das desigualdades sociais.

Tema base: Fragmentação étnica e cultural, efeitos da globalização e a intensificação das desigualdades entre países pobres e países ricos.

Conteúdo Programático 3: Democracia, Estado-nação e Globalização.

Tema base: Relação existente entre Estado moderno e democracia. A necessidade de uma nova democracia o mundo globalizado

Conteúdo Programático 4: Multiculturalismo, Ética Igualitária e Organizações Políticas.

Tema base: O multiculturalismo como uma política de manutenção dos Estados Democráticos. Movimentos Sociais como possibilidades de alcance da equidade e da justiça social.

Bibliografia:

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

HOBBSBAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Demais referências:

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.

ANDERSON, P. **Balanço do neoliberalismo**. SADER, E. e GENTILI, P. (orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

BOBBIO, Norbert. **Governo, Estado e Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes; 1996.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem e o Teatro das Sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2022.

HOOKS, bell. **Olhares Negros: Raça e Representação**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

REGO, Valquíria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

Disciplina: Comunicação Popular e Comunitária

Ementa: Fundamentos da Comunicação Humana. Comunicação Popular e Comunitária. Novas tecnologias e utilização de técnicas de comunicação no cotidiano da prática profissional.

Objetivo da disciplina: Aprender a práxis da comunicação popular e comunitária enquanto fundamento e processo da gestão social.

Conteúdo Programático 1: Fundamentos da Comunicação Humana.

Conteúdo Programático 2: Comunicação Popular e Comunitária.

Conteúdo Programático 3: Conceito de Comunicação. Filosofia da linguagem. Fundamentos da Comunicação Popular e Comunitária.

Conteúdo Programático 4: Participação. Meios de Comunicação. Democratização da Comunicação.

Conteúdo Programático 5: Novas tecnologias e utilização de técnicas de comunicação no cotidiano da prática profissional.

Conteúdo Programático 6: Comunicação na práxis profissional.

Conteúdo Programático 7: Fundamentos e impactos das Novas Tecnologias da Informação.

Conteúdo Programático 8: Práticas de Comunicação Popular e Comunitária e as novas tecnologias.

Bibliografia:

BAKHTIN, M. (VOLOSHINOV). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 4. ed. Tradução de M. Lahud e Y.W. Pereira. São Paulo: HUCITEC, 1992.

BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. Os gêneros do discurso. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e Interação**: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 1997.

Demais referências:

AGUIAR, C.B. Imprensa e Eleições 89: imagens e atores da política. **Revista Comunicação e Política**, p. 178-192, 1994.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da Democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

COSTA, Guilherme Borges da. **Rádio CAIC** – uma experiência do rádio como instrumento para mobilização popular no Jardim União da Vitória, em Londrina/ PR. Monografia (Especialização em Comunicação Popular e Comunitária) - Universidade Estadual de Londrina, Julho, 2005.

GÓMEZ, Guillermo Orozco. **Comunicação, Educação e novas tecnologias**: tríade do século XXI. Revista Comunicação e Educação. ECA/USP. Jan/abr de 2002.

GUTIERREZ, Francisco. **Linguagem total**: uma pedagogia dos meios de comunicação. São Paulo: Summus, 1978.

LAUDON, Keneth C., LAUDON, Jane P. **Sistemas de Informação**. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

Disciplina: Metodologias de Trabalho Integrado e Protagonismo Popular

Ementa: Prática social, prática profissional e atuação interdisciplinar. Instâncias de participação, avanços, limites e desafios. Metodologia de trabalho integrado entre profissionais das políticas públicas: saúde, educação, assistência e previdência. Organizações populares na perspectiva da territorialização.

Objetivo da disciplina: Estudar os princípios do trabalho integrado nas políticas públicas e do protagonismo popular na perspectiva da territorialização.

Competências e Habilidades:

- Compreender a metodologia de trabalho integrado entre profissionais das políticas públicas: saúde, educação, assistência e previdência;
- Atuar profissionalmente de forma interdisciplinar;
- Entender o conceito de metodologia e trabalho integrado, bem como de trabalho em rede e fazer a aplicação dos mesmos.

Conteúdo Programático 1: A práxis profissional e o trabalho integrado entre profissionais das políticas públicas: saúde, educação, assistência e previdência.

Conteúdo Programático 2: A atuação profissional interdisciplinar e as três dimensões orientativas para o trabalho profissional: teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da prática profissional.

Conteúdo Programático 3: Conceitos de metodologia e trabalho integrado e a participação e protagonismo: conceitos, exercício, desafios e o controle social e a organizações populares.

Conteúdo Programático 4: Perspectiva da territorialização e a importância do trabalho em rede: conceito, organização, classificação e requisitos.

Bibliografia:

BAPTISTA, M. V. **Planejamento Social Intencionalidade e Instrumentalização**. 3ª ed. Veras Editora – São Paulo – SP. 2013.

FAZENDA, I. C.A. Interdisciplinaridade-transdisciplinaridade: Visões culturais e epistemológicas In: **O Que é interdisciplinaridade?** / FAZENDA, I. C.A (org.). — São Paulo: Cortez, 2008.

GOMES. N.A. **Serviço Social e Interdisciplinaridade**: Confluências e Desafios. In: Simpósio mineiro de assistentes sociais. 2016.

GUARÁ, I. M. F. R et al. **Redes de Proteção Social**. 1. ed. São Paulo: Associação Fazendo História, 2010. p. 20-21.

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

KOGA, D. Proteção social no território: entre o texto e o contexto. In: **Uni Ítalo em Pesquisa**, São Paulo SP, v.6, n.2 abril 2016.

MONTAÑO, C. DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010.

RAICHELIS, R. **Esfera pública e conselhos de assistência social**: caminhos da construção democrática. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo, Rio de Janeiro, Record, 2001.

Demais referências:

BOURGUIGNON, J. A. BARBOSA, M. T. concepção de rede de proteção social em serviço social. In: **II congresso internacional de política social e serviço social**: desafios contemporâneos III seminário nacional de território e gestão de políticas sociais II congresso de direito à cidade e justiça ambiental – Londrina – PR – 2017.

CAMARDELO, A.M.P, BERTELE, E. et. al. Controle Social: Desafios Políticos E Operacionais. In: **VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas** – JOIMPP – Universidade Federal do Maranhão – UFMA – Maranhão – MA- 2017.

CARDOSO, M. dos. S; PEREIRA, C.A. **Reflexões sobre ética, cotidiano e práxis profissional da/o Assistente Social**. In: Revista Serviço Social em perspectiva. Vol. 2 n. 1. Montes Claros – MG. 2018.

CARVALHO, F. A. O Serviço Social e a interdisciplinaridade, **Revista Diálogos**: pesquisa em extensão universitária. IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio epistemológico. Brasília, v.18, n.1, p. 74-79. 2012.

GUARÁ, I. M. F. R; GONÇALVES, A.S. Redes de proteção social na comunidade. In: **Redes de proteção social** / [coordenação da publicação GUARÁ, I. M. F. R] -- 1. ed. -- São Paulo: Associação Fazendo História: NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010.p. 11-19.

KOGA, D. Subsídios para delimitação do território de Proteção Social Básica/PSB do SUAS nos diferentes portes municipais, com enfoque nos territórios intraurbanos, a partir do estudo da concepção de território para a Política Nacional de Assistência Social. In: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília – DF, 2015.

MARX. K.: **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel** ed. Boitempo. São Paulo-SP 2010.

MONNERAT, G.L. SOUZA, R.G. de. Da Seguridade Social à intersectorialidade: reflexões sobre a integração das políticas sociais no Brasil In: Revista Katalisis v.14 n.1 Florianópolis – SC- 2011.

NASCIMENTO, S. do. Reflexões sobre a intersectorialidade entre as políticas públicas. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 101, p. 95-120, jan-mar, 2010.

SOUZA, C.T. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. In: **Revista Emancipação**, Ponta Grossa -PR 8(1): 119-132, 2008.

SPOSATI, A. Do assistencialismo à assistência social: o modelo de seguridade social brasileiro IN: **X Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**, Madrid, España, 2004.

TELES, V. CABANES, R. **Nas tramas da cidade**: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Humanitas, 2006.

TATAGIBA, L.; TEIXEIRA, A. C. C. Efeitos combinados dos movimentos de moradia sobre os programas habitacionais autogestionários. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n.58, p. 85-102, 2016.

Disciplina: Direitos e Seguridade Social

Ementa: Direitos humanos, direitos sociais e as políticas setoriais e de defesa de direitos no Brasil pós-constituição de 1988. Marco legal da Seguridade Social.

Objetivo da disciplina: Conhecer a constitucionalização e marco legal das políticas setoriais e de defesa de direitos.

Competências e Habilidades:

- Compreender os marcos legais dos direitos humanos e direitos sociais;
- Entender as políticas de defesa da criança, do adolescente, do idoso e de pessoas com deficiência;
- Atuar na prática profissional seguindo os princípios da seguridade social.

Conteúdo Programático 1: Carta Magna do Estado Brasileiro: Constituição Federal de 1988 e normas infraconstitucionais.

Conteúdo Programático 2: Direitos Fundamentais: Conceito de Direitos Humanos e Solidariedade Social.

Conteúdo Programático 3: Política de Seguridade Social, Direito do Idoso, Direito da Criança e Adolescente e da Pessoa Com Deficiência.

Conteúdo Programático 4: Políticas sociais: análise dos direitos sociais. Pós constituição de 1988: avanços, limites e desafios.

Bibliografia:

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado

Federal: Centro Gráfico, 1988.

DINIZ, Vasconcelos. Estado Social E Princípio Da Solidariedade. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, Vitória, n. 3, p. 31-48, jul. /dez. 2008. Disponível em: file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Estado_social_e_principio_da_solidariedade.pdf. Acesso em 31 de julho de 2020.

PIANA, Maria Cristina As políticas sociais no contexto brasileiro: natureza e desenvolvimento. In: PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 21-56.

SILVA, José Afonso da. A dignidade da pessoa humana com valor supremo da democracia. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 212, p. 89-94, abr. 1998. ISSN 2238-5177. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/47169>>. Acesso em: 25 Ago. 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.12660/rda.v212.1998.47169>.

Demais referências:

COSTA, Lucas Sales da. Legitimidade e critérios de atuação do Poder Judiciário no cenário do neoconstitucionalismo: para além da jurisdição constitucional. 2016. <https://jus.com.br/artigos/29351/uma-analise-dos-direitos-sociais-nos-25-anos-da-constituicao-federal-de-1988-desafios-limites-e-possibilidades>. Acesso em 27 de Agosto de 2020.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. Martins Fontes: São Paulo, 2010.

FEDERAL, Governo. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei federal, v. 8, 1990.

FEDERAL, Senado. **Estatuto do idoso**. Brasília (DF): Senado Federal, 2003.

FILHO, Manoel Gonçalves Ferreira. **Curso de Direito Constitucional**. 38ª edição. São Paulo: Saraiva, 2012.

FONSECA, Ricardo Tadeu Marques da. **O novo conceito constitucional de pessoa com deficiência**: um ato de coragem. In: FERRAZ, Carolina Valença et al. (Coord.). Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Edição Digital. São Paulo: Saraiva. 2012.

HESSE, Konrad; MENDES, Gilmar Ferreira. **A força normativa da Constituição**. Porto Alegre: Fabris, 1991.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Lisboa: Edições 70, 1986.

KELSEN, Hans; LOUREIRO, Fernando Pinto. **Teoria pura do direito**. Saraiva, 1939.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 10. ed. São Paulo: Método, 2006.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, Ana Cristina Monteiro de Andrade. Princípio Constitucional da Solidariedade. **Revista Doutrina**, 11 de Dez de 2013. Disponível em: <https://revistadoutrina.trf4.jus.br/index.htm?https://revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao057/AnaCristina_Silva.html>. Acesso em: 31 de Jul de 2020.

SOARES, Luiz Eduardo; GUINDANI, Miriam Krenzinger. Direitos humanos nos governos do PT. **Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo**, 2017.

Disciplina: Seguridade Social: Política de Assistência Social e o SUAS

Ementa: As políticas sociais encaminham-se por transformações que foram induzidas após a construção da Constituição de 1988, nesta perspectiva, o presente estudo ofertará uma discussão sobre A Política De Assistência Social perpassando pela Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) e o Sistema Único de Assistência Social no Brasil enquanto direito do cidadão e dever do Estado, apresentando também os principais serviços socioassistenciais existentes e que são ofertados pela Política, refletindo sobre o contexto atual.

Competências e Habilidades:

- Compreender aspectos relevantes sobre a construção histórica dos direitos sociais.
- Analisar como surgiu a política de assistência social no Brasil e suas principais características e importância;
- Assimilar os serviços socioassistenciais dentro do SUAS e suas diretrizes;
- Refletir a política de assistência social no Brasil na contemporaneidade na perspectiva dos avanços e retrocessos.

Conteúdo Programático:

Conteúdo Programático 1: Direitos sociais: Marco históricos importantes

Conteúdo Programático 2: A política de assistência social no Brasil.

Conteúdo Programático 3: Principais Serviços Socioassistenciais do SUAS.

Conteúdo Programático 4: Debate contemporâneo sobre a política de assistência social no Brasil: Avanços e desafios.

Bibliografia básica

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, **a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS**. Brasília. DF.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência social** - PNAS, 2004. Brasília. DF.

BRASIL. **Norma Operacional Básicas do SUAS – NOB/SUAS**. 2012. Brasília. DF.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

SPOSATI, A. **A menina Loas: um processo de construção da assistência social**. São Paulo: Cortez, 2004.

SPOSATI, Aldaíza. Modelo Brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: BRASIL. MDS. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: UNESCO, 2009.

Bibliografia complementar:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 1988. Brasília. DF.

FERREIRA, S. da S. **Educação Permanente no Sistema Único de Assistência Social: gestão democrática para uma ética pública**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2015.

SANT'ANA, C. O. **Expressões de reconhecimento social de usuários de um serviço de proteção social especial do SUAS**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2018.

TORRES, A. S. **Convívio, Convivência e Proteção Social: entre relações, reconhecimentos e política pública**. São Paulo: Veras Editora; Centro de Estudos, 2016.

Disciplina: Seguridade Social: a Política de Saúde e o SUS

Ementa: Seguridade social no Brasil. Política de saúde e o Sistema Único de Saúde - SUS. Gestão, organização e funcionamento dos serviços; financiamento e controle social na saúde.

Objetivo da disciplina: Conhecer os fundamentos gerais da Seguridade Social e a gestão da política de saúde.

Competências e Habilidades:

- Compreender a dinâmica de funcionamento do SUS, bem como suas instâncias, funções, princípios e diretrizes;
- Entender os princípios e diretrizes da Seguridade Social no Brasil, tais como Previdência Social, Assistência Social e Saúde;
- Atuar na prática profissional levando em consideração as reflexões acerca da organização do SUS, do protagonismo popular, bem como do papel do assistente social neste âmbito.

Conteúdo Programático 1: Os aspectos conceituais e históricos da Política de Saúde no Brasil e a inserção da saúde enquanto política de seguridade social na CF/88 e a constituição do Sistema Único de Saúde - SUS.

Conteúdo Programático 2: Gestão, organização funcionamento dos serviços de saúde e os pactos da Saúde; e a descentralização e municipalização da saúde.

Conteúdo Programático 3: Princípios e diretrizes da Seguridade Social no Brasil: Previdência Social, Assistência Social e Saúde.

Conteúdo Programático 4: Financiamento, controle social e a participação da população enquanto forma de controle social e protagonismo mediante as Conferências Nacionais de Saúde.

Bibliografia:

ANDRADE, I. O. M. Do nascimento da saúde pública ao movimento pré-SuS. In: **SUS passo a passo: normas, gestão e financiamento**. São Paulo: Hucitec; Sobral: Edições UVA, 2001.

ANDRADE, S. M.; SOARES, D. (orgs). **Bases da Saúde Coletiva**. Londrina: Ed UEL, 2001.

BAPTISTA, Tatiana Wargas de Faria. **História das Políticas de Saúde no Brasil:** a trajetória do direito à saúde. FIOCRUZ e Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2007.

BERTOLLI FILHO, C. **História da saúde pública no Brasil**. São Paulo: Ática, 1996.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde**. Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília, 2010.

Disponível em:

[http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros para a Atualizacao de Assistentes Sociais na Saude.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atualizacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf). Acesso: 18 ago. 2020.

PAIM. Jairnilson Silva. **O que é o SUS**. Rio de Janeiro. Coleção Temas em Saúde. Editora Fiocruz, 2015.

Demais referências:

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Atenção Primária e Promoção da Saúde**. **Brasília:** CONASS, 2003. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2003, 3).

CARNEIRO, Tânia Silva Gomes. et al. O Pacto pela Saúde na prática cotidiana da Atenção Primária à Saúde. **Saúde Debate**. Rio de Janeiro, v. 38, n. 102, p. 429-439, jul-set 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/sdeb/v38n102/0103-1104-sdeb-38-102-0429.pdf>. Acesso: 24 ago. 2020.

CRUZ, P.J.S.C. et. al. Desafios para a Participação popular em saúde: reflexões a partir da educação popular na construção de conselho local de saúde em comunidades de João Pessoa – PB. **Revista Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.21, n.4, p.1087-1100, 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v21n4/v21n4a25.pdf>. Acesso: 18 ago. 2020.

MONTEIRO, Maria Gabriela. KRONEMBERGER, Thais Soares. **Descentralização e Participação Social no Sistema Público de Saúde**. XXXI Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, set. 2007. Disponível em:

http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/33/APS-B2652.pdf. Acesso: 31 ago. 2020.

MOTA, Ana. et al. **Serviço Social e Saúde**. Formação e Trabalho profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PAIM, Jairnilson Silva. **Desafios para a saúde coletiva no século XXI**. [Salvador]: EDUFBA, 2006. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/ptky6/pdf/paim-9788523211776.pdf>. Acesso: 23 ago. 2020.

ROLIM, L. B; CRUZ, R. S. BARRETO. L. C.; SAMPAIO, K. J. A. J. Participação popular e o controle social como diretriz do SUS: uma revisão narrativa. **Revista Saúde em Debate**. Rio de Janeiro, v. 37, n. 96, p. 139-147, jan./mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sdeb/v37n96/16.pdf>. Acesso: 18 ago. 2020.

SCLIAR, MOACYR. História do Conceito de Saúde. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 17(1):29-41, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/physis/v17n1/v17n1a03.pdf>. Acesso: 27 jul. 2020.

SILVA, Bela Feiman Sapiertein. et al. A importância do planejamento como prática de gestão na microrregião de saúde de São Mateus (ES). **Revista Saúde Debate**. Rio de Janeiro, v. 39, n. 104, p. 183-196, Jan-Mar 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sdeb/v39n104/0103-1104-sdeb-39-104-00183.pdf>. Acesso: 18 ago. 2020.

SPEDO, Sandra Maria. et al. O desafio da descentralização do Sistema Único de Saúde em município de grande porte: o caso de São Paulo, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 25(8):1781-1790, ago, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v25n8/14.pdf>. Acesso: 22 ago. 2020.

TEIXEIRA, S. M. F. T. Retomar o debate sobre a reforma sanitária para avançar o sistema único de saúde (SUS). **Rev. Administração de Empresa.**, São Paulo, v.49, n.4, p. 472-480, 2009.

Disciplina: Políticas públicas de proteção às famílias

Ementa: As políticas públicas de direito. O Estado e as manifestações da questão social. políticas públicas e de defesa de direitos em vigência no país. A Constituição Federal de 1988. Políticas para diferentes segmentos populacionais. Os direitos da família. O estatuto da Criança e do adolescente. A intersetorialidade nas políticas públicas. Direitos humanos. Convivência familiar e comunitária.

Competências e Habilidades:

- Conhecer as políticas públicas em torno da família;
- Caracterizar os direitos da família;
- Conhecer as políticas públicas em seus mais diversos segmentos populacionais;
- Realizar um debate sobre a promoção e defesa dos direitos da família.

Conteúdo Programático 1: Um debate sobre as políticas de promoção e defesa de direitos da família.

Conteúdo Programático 2: A família na legislação contemporânea;

Conteúdo Programático 3: A intersetorialidade nas políticas públicas de atendimento à família.

Conteúdo Programático 4: Direito à convivência familiar e comunitária.

Bibliografia básica

BEHRING, E. R. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

MIOTO, R. C. T. Processos de responsabilização das famílias no contexto dos serviços públicos: notas introdutórias. In: SARMENTO, Hélder Boska de Moraes (Org.). Serviço Social: questões contemporâneas. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012. v. 1, p. 125-138.

_____; SCHUTZ, F.; CAETANO, P. Família e política social: relações entre famílias e serviços de saúde. Relatório de Pesquisa. Brasília, 2014.

Bibliografia complementar:

BARROCO, M. L. S.; TERRA, S. H. Código de ética do/a assistente social comentado São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília, dez. 2006.

NETTO, J. P. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana E. Simões da et al. Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 1999.

Disciplina: Gestão de projetos sociais: execução, monitoramento e avaliação

Ementa: A importância do planejamento para a gestão de projetos sociais, reconhecendo suas etapas de implantação: execução, monitoramento e avaliação.

Objetivo da disciplina: Reconhecer a fundamental importância da conjuntura das políticas sociais para o desempenho de profissionais que atuam nas áreas sociais, que cada dia mais estão ocupando funções que exigem conhecimento sobre a gestão social em instituições públicas e privadas. Aprimorar a formação desses profissionais, como eixo estratégico para que possam agregar habilidades e competências, sob referenciais ético político, além de razoável acúmulo dos trâmites orçamentários e administrativos.

Competências e Habilidades:

- Compreender a relevância das políticas sociais para o desenvolvimento dos planos, programas e projetos sociais.
- Conhecer a prática profissional na área social vinculado com o planejamento social e gestão social;
- Reconhecer as etapas de implantação de um projeto social: elaboração, execução, monitoramento e avaliação.

Conteúdo Programático 1: Relevância conjuntural das políticas sociais para a gestão social de projetos sociais. O ponto de partida para a gestão de projetos sociais implica no reconhecimento dos principais aspectos constitutivos que caracterizam o contexto no qual o projeto pretende intervir, bem como a identificação das necessidades apresentadas pelos cidadãos e do território onde serão realizadas as intervenções.

Conteúdo Programático 2: Planejamento Social na Gestão de Projetos Sociais. Reconhecer que o planejamento é um processo permanente e metódico sobre abordagem de questões que se colocam no mundo. Pressupõe caminhos a serem percorridos, tais como: as providências necessárias, o acompanhamento da execução das atividades, o controle, a avaliação e redefinição da ação

Conteúdo Programático 3: Elaboração de Projetos Sociais e suas etapas. Conhecimento das etapas na elaboração de projetos sociais. A necessidade de responder as seguintes questões norteadoras “o que queremos? Qual o público-alvo? Como será o andamento do projeto? Qual o orçamento?” O entendimento desses quatro elementos deverá ser apropriado pelo profissional que optar pela gestão social

de projetos sociais, afinal, a implementação de um projeto social deve ser estratégica, buscando responder com segurança, de maneira clara e objetiva, os detalhes mais importantes, o “como” o projeto será executado. Os órgãos e demais parceiros envolvidos no projeto deverão ter o devido acúmulo de conhecimento de todo o projeto e deverão acompanhar essa etapa de implementação, pois ela é estratégica e fundamental para a execução bem-sucedida.

Conteúdo Programático 4: Monitoramento e Avaliação de Projetos Sociais. Monitoramento é o acompanhamento contínuo e cotidiano realizado pelos gerentes sociais, coordenadores e/ou técnicos responsáveis pela execução dos projetos sociais em relação a seus objetivos e metas. Trata-se de função inerente à gestão dos projetos sociais, provendo informações e aprimorando a operacionalização. Já a Avaliação é definida como um procedimento que possibilita a verificação objetiva e sistemática do desenho, da execução e dos resultados do projeto, objetivando avaliar a pertinência e o alcance das ações e/ou atividades implementadas em relação aos objetivos propostos. Verificação da eficácia, da efetividade, do impacto e da sustentabilidade das mudanças desejadas e alcançadas pelo projeto como propósitos de processos avaliativos utilizados em projetos sociais. A clareza sobre os objetivos e a lógica do projeto são fundamentais na definição dos indicadores, bem como os dados que são produzidos com periodicidade, possibilitando a comparação entre eles.

Bibliografia básica:

BAPTISTA, Myriam Veras. Planejamento social: intencionalidade e instrumentação. 2ª ed. Veras Editora, São Paulo, 2003.

LAURELL, Asa Cristina (org). Estado e Políticas sociais no Neoliberalismo. 2ª ed. Cortez Editora, São Paulo, 1997.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (org). Avaliação de Políticas e Programas Sociais – teoria e prática. Veras Editora, São Paulo, 2001.

Bibliografia complementar:

ARMANI, Domingos. Como elaborar projetos? Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais. Tomo Editorial, Porto Alegre, 2009.

FLEURY, Sonia. Rede de Políticas: novos desafios para a gestão pública. Administração em Diálogos, v. 07, p. 77-89, São Paulo, 2005. Disponível em: revistas.pucsp.br/index.php/rad/article/download/671/468

MAGALHÃES, Selma Marques. Avaliação e Linguagem – relatórios, laudos e pareceres. Veras Editora, São Paulo, 2003.

Disciplina: Práxis da Gestão Social: Instrumentos de Gestão, Monitoramento e Avaliação e Lógica de Financiamento

Ementa: O SUAS e os elementos normativos e instrumentais para a gestão do sistema. Conceituação e implementação do sistema de informação, monitoramento e avaliação no SUAS. Instrumentos de responsabilidade dos atores sociais no monitoramento e avaliação da política; Lógica de financiamento e pisos de proteção social básica e especial.

Objetivo da disciplina: Estudar os instrumentos de gestão e o sistema de Informação, Monitoramento e Avaliação e o Financiamento no SUAS.

Competências e Habilidades:

- Compreender a dinâmica de funcionamento do Suas, bem como suas instâncias, funções, princípios, diretrizes, financiamento e orçamento, gestão e planejamento;
- Utilizar instrumentos de gestão para atuação mais efetiva nas redes socioassistenciais.

Conteúdo Programático 1: Conceituação, processos e normas legais para implementação do sistema de informação, monitoramento e avaliação no SUAS.

Conteúdo Programático 2: Eixos estruturantes para a gestão e o controle social no SUAS e os atores sociais no monitoramento e avaliação da política de assistência social.

Conteúdo Programático 3: Tendências na gestão local na perspectiva do SUAS.

Conteúdo Programático 4: Instrumentos de gestão no SUAS: Plano de Assistência Social, Lei orçamentária; Relatório Anual de Gestão. Instâncias de articulação, pactuação e deliberação. Aplicativos Rede SUAS, habilitação ao SUAS. Controles essenciais. Serviços tipificados. Gestão do trabalho.

Bibliografia:

COUTO, Berenice Rojas (org.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 2013.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais**: uma introdução aos conceitos e técnicas. Campinas: Alínea, 2016.

QUINONERO, Camila G. et al. Princípios e diretrizes da Assistência Social: da LOAS à NOB SUAS. **O Social em Questão**, ano XVII, n. 30, 2013. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_30_Quinonero_3.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e conselhos de assistência social**: caminhos da construção democrática. São Paulo: Cortez, 1998.

SPOSATI, Aldaísa. O primeiro ano do Sistema único de Assistência Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 87, 2004.

Demais referências:

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do SUAS** – NOB/SUAS. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Prestação de Contas Ordinárias Anual – Relatório de Gestão. Brasília, 2013.

BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Assistenciais**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social, 2013. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2020.

GOHN, M. da G. **Conselhos Gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2001.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Portaria nº 109**. Publicado em 22/01/2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-109-de-22-de-janeiro-de-2020-239403712>. Acesso em 15/06/2020.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

YASBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 9ª ed. São Paulo, Cortez, 2017.

12. Infraestrutura Física e Pedagógica

O aluno encontrará todo o conteúdo do curso e assistirá às aulas gravadas no ambiente virtual. Para assistir às aulas é fundamental que as especificações abaixo sejam obedecidas, possibilitando, assim, uma recepção de maior qualidade dos vídeos.

Hardware:

- Processador Intel Core 2 Duo ou superior.
- 2Gb de Memória RAM.
- Placa de vídeo com resolução 1024x768, qualidade de cor 32 bit e compatível com Microsoft DirectShow.
- Microsoft DirectX 9.0c ou posterior.

Software:

- Navegador: Firefox, Google Chrome, Internet Explorer (sempre atualizado).
- Sistema Operacional: Windows XP ou posterior.
- Adobe Flash Player (atualizado).
- Plugin de vídeos SilverLigth (atualizado)

Rede:

- Conexão com a Internet banda larga de no mínimo 2 MB.
- Em caso de acesso em ambientes corporativos além da velocidade, é necessário verificar as condições de segurança de rede de sua empresa e se certificar que o site não estará bloqueado.

Adicionalmente, é prevista a utilização da biblioteca virtual para consultas bibliográficas e pesquisa de assuntos referentes às disciplinas ministradas.

